

# Povos Indígenas do Cerrado Brasileiro: IAP, desenvolvimento territorial, ambiental e sociocultural sustentável

Indigenous Peoples from the Brazilian Cerrado: PAR, Territorial, Environmental and Sociocultural Sustainable Development

Pueblos Indígenas del Cerrado Brasileño: IAP, desarrollo territorial, ambiental y sociocultural sostenible

## AUTORES

Lorraine Gomes da Silva \*  
Alexsander Batista e Silva\*  
Vinícius Polzin Druciaki \*

## FILIAÇÃO INSTITUCIONAL

\*Universidade Estadual de Goiás

## EMAIL

lorrannegomes@gmail.com  
alexsander.silva@ueg.br  
vinicius.druciaki@ueg.br

DATA DE SUBMISSÃO: 23/12/25

DATA DE APROVAÇÃO: 10/04/2026



ISSN 2316-4360

## | RESUMO

O presente texto é fruto de uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo investigar a situação territorial, ambiental e sociocultural dos povos indígenas que vivem no Cerrado brasileiro. O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil e um dos mais devastados nas últimas décadas, especialmente em função da monocultura intensiva de grãos e da pecuária extensiva de baixa tecnologia, além de grandes empreendimentos de infraestrutura e mineração. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cerrado abriga aproximadamente 216 Terras Indígenas e mais de 80 povos distintos. A pesquisa busca compreender e evidenciar vulnerabilidades socioculturais, territoriais e ambientais vivenciadas cotidianamente pelos povos indígenas do Cerrado, cujos territórios e modos de vida são atravessados por múltiplas formas de violência, advindas dos empreendimentos econômicos. A abordagem metodológica é quantiqualitativa e fundamenta-se na metodologia da Investigação-Ação-Participativa (IAP), envolvendo indígenas como sujeitos e pesquisadores do processo, com autonomia na descrição das realidades investigadas. Entre os resultados propostos, destacam-se a criação de uma plataforma digital, a elaboração de mapas e a publicação de um livro, visando contribuir para a visibilização, a defesa territorial e o fortalecimento da autonomia sociocultural dos povos indígenas do Cerrado brasileiro.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas. Cerrado brasileiro. Território. Sociobiodiversidade. Investigação-ação Participativa (IAP).

## | ABSTRACT

This paper stems from an ongoing research project that investigates the territorial, environmental and sociocultural conditions of the Indigenous Peoples inhabiting the Brazilian Cerrado. The Cerrado is the second largest biome in Brazil and one of the most degraded in recent decades, primarily due to the expansion of intensive grain monocultures, low-technology extensive cattle ranching and large-scale infrastructure and mining projects. According to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Cerrado encompasses approximately 216 Indigenous Lands and is home to more than 80 distinct Indigenous groups. The study seeks to analyze and highlight the sociocultural, territorial and environmental vulnerabilities faced daily by Indigenous communities in the Cerrado, whose territories and ways of life are continuously threatened by various forms of violence resulting from economic ventures. The methodological approach is both quantitative and qualitative, grounded in the Participatory Action Research (PAR) framework, which involves Indigenous participants as both subjects and researchers, thereby ensuring their autonomy in representing and interpreting the realities under study. The proposed outcomes include the development of a digital platform, the creation of thematic maps and the publication of a book, all aimed at enhancing visibility, strengthening territorial defense and fostering the sociocultural autonomy of the Indigenous Peoples from the Brazilian Cerrado.

**Keywords:** Indigenous Peoples. Brazilian Cerrado. Territory. Sociobiodiversity. Participatory Action Research (PAR).

## | RESUMEN

El presente texto es resultado de una investigación en curso, cuyo objetivo es analizar la situación territorial, ambiental y sociocultural de los pueblos indígenas que habitan el Cerrado brasileño. El Cerrado es el segundo bioma más grande de Brasil y uno de los más devastados en las últimas décadas, especialmente como consecuencia de la monocultura intensiva de granos y la ganadería extensiva de baja tecnología, además de grandes emprendimientos de infraestructura y minería. Según datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), el Cerrado alberga aproximadamente 216 Tierras Indígenas y más de 80 pueblos distintos. La investigación busca comprender y resaltar las vulnerabilidades socioculturales, territoriales y ambientales vividas cotidianamente por los pueblos indígenas del Cerrado, cuyos territorios y modos de vida están atravesados por múltiples formas de violencia derivadas de los emprendimientos económicos. El enfoque metodológico es cuantitativo-cualitativo y se fundamenta en la metodología de la Investigación-Acción-Participativa (IAP), involucrando a los pueblos indígenas como sujetos y co-investigadores del proceso, con autonomía en la descripción de las realidades investigadas. Entre los resultados propuestos se destacan la creación de una plataforma digital, la elaboración de mapas y la publicación de un libro, con el fin de contribuir a la visibilización, la defensa territorial y el fortalecimiento de la autonomía sociocultural de los pueblos indígenas del Cerrado brasileño.

**Palabras Clave:** Enseñanza de la geografía; Cartografía; Recursos didácticos; Atlas Geográfico Escolar.

## Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento intitulada “Povos Indígenas do Cerrado Brasileiro: Pesquisa-Ação, Desenvolvimento Territorial e Sociocultural Sustentável do/no Espaço Rural e Urbano”<sup>1</sup>, com vigência de agosto de 2024 a agosto de 2026, desenvolvida no âmbito da Universidade Estadual de Goiás, pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e Ambiente e Sociedade (PPGAS). O estudo desenvolve a temática sobre os povos Indígenas do Cerrado brasileiro, Investigação-ação Participativa (IAP), desenvolvimento territorial e sociocultural sustentável do/no espaço rural e urbano.

A escolha do bioma Cerrado brasileiro como recorte socioespacial da pesquisa faz-se devido aos dados apresentados por diferentes órgãos brasileiros de geotecnologias e pesquisas sobre o desmatamento rápido desse ambiente, ultrapassando nos últimos anos a Amazônia em área desmatada. É sabido que a morte desse bioma não é apenas uma ameaça ao ambiente, mas a sociobiodiversidade de vários povos e comunidades que nele vivem e que dependem de seus recursos para reprodução da vida. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é levantar e analisar a situação ambiental, territorial e sociocultural dos povos, e seus territórios, no Cerrado Brasileiro.

Nota-se a existência de poucas pesquisas realizadas, que visualizem amplamente a situação dos povos indígenas e de seus territórios, que também vivem pressionados por atividades econômicas que desmatam e matam o Cerrado todos os dias. Compreendemos que é preciso evidenciar a importância que esses povos têm para a preservação e a manutenção dos biomas, frente ao cenário destruidor desse ambiente.

As questões balizadoras da investigação são: Qual a situação territorial das Terras Indígenas do Cerrado brasileiro? Qual a situação sociocultural dos povos indígenas que vivem nesse ambiente tão pressionado e exterminado? Qual o grau de ameaça para os territórios, vida e cultura desses sujeitos? Pode-se dizer que os povos indígenas são guardiões do Cerrado? Como?

Essas, entre outras questões, podem ser fundamentais para compreender e evidenciar vulnerabilidades socioculturais, territoriais e ambientais que povos indígenas do/no Cerrado vivenciam cotidianamente tendo suas terras e vidas invadidas, muitas vezes com múltiplas formas de violências.

## Metodologia

A pesquisa investiga apenas povos e Terras Indígenas que estão completamente em áreas de Cerrado em 09 unidades da federação: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Distrito Federal. Nesses estados, o Cerrado é mais característico ou ocupa a maior parte da área territorial. Não há dados demográficos oficiais, mas estima-se que em áreas de Cerrado são cerca de 216 Terras Indígenas (TIs) e 86 povos diferentes em realidades distintas.

---

<sup>1</sup> A supracitada pesquisa conta com financiamento parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Para a realização desta pesquisa, foram organizados 09 grupos de trabalhos (1 para cada unidade da federação) totalizando mais de 60 participantes, entre eles professores/pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação de diversas universidades brasileiras, além de indígenas de diferentes povos.

A participação dos indígenas não se restringe à condição de informantes, mas constitui-se como elemento central e estruturante do processo investigativo. São os povos indígenas os detentores de conhecimentos ancestrais profundamente enraizados em seus territórios, conhecimentos esses construídos a partir da convivência histórica com o Cerrado, de suas cosmologias, práticas de manejo ambiental, sistemas de cura, organização social e relações simbólicas com a terra. Tais saberes são fundamentais para a compreensão das dinâmicas ambientais, territoriais e socioculturais investigadas, sobretudo porque muitas dessas dimensões não podem ser plenamente apreendidas por metodologias externas ou por leituras exclusivamente técnico-científicas.

Por isso, para a execução e a construção dos resultados, usamos a abordagem quantiquantitativa, que, conforme apresenta Knechtel (2014, p. 106), “[...] interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos.”

A abordagem qualitativa argumenta os resultados do estudo por meio de análises e percepções; descreve o problema que, normalmente, tem interpretações mais subjetivas, tais como: sensações; pensamentos; opiniões; sentimentos e percepções. A presente pesquisa será qualitativa na perspectiva da leitura e análise sobre a situação dos povos indígenas que vivem no Cerrado.

Já a abordagem quantitativa é baseada em números e gráficos para chegar a um resultado. É necessária para validar as hipóteses apresentadas e para coletar dados: observação; aplicação de questionários; análises, projeções, tabelas, quadros, mapas entre outros. Neste caso específico, a classificação como um estudo também quantitativo, justifica-se pela coleta de dados e informações para a elaboração de mapas sobre os povos indígenas.

A metodologia adotada pelo estudo é a de Investigação-Ação-Participativa (IAP), a qual compreende práticas de pesquisa e práxis territorial voltada para a transformação social, tendo Orlando Fals Borda (2008), sociólogo colombiano, como um dos seus principais pensadores e difusores, desde a década de 1970. O autor tece críticas à ciência moderna e aos métodos e paradigmas euro-norte-cêntricos e busca a construção de um paradigma de ciência popular latino-americano.

A IAP é uma metodologia colaborativa entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, que pode promover autorreflexões para todos os envolvidos sobre os temas investigados. É uma forma de pesquisa interativa, que visa compreender as causas de uma situação e, então, propor mudanças. Para Saquet (p.11, 2019), “é uma reflexão ora apresentada como uma práxis popular, ecológica, participativa e contra hegemônica, tanto para produzir conhecimento como para trabalhar com o povo que tanto precisa melhorar sua vida cotidiana”. De acordo com Naiditch (2010, p.01):

Pesquisadores que desenvolvem pesquisa-ação estudam a realidade social sem se distanciar desta. Pesquisa-ação é contextual e realizada ao mesmo tempo em que alguma

forma de ação ou intervenção resulta da pesquisa. Os resultados dessa ação servem como dados adicionais da pesquisa e são estudados ao longo do processo. Por isso, a pesquisa-ação é também descrita como um contínuo, uma série de ciclos de ações que envolvem diferentes fases de planejamento, ação, observação dos efeitos e reflexão acerca das observações e resultados obtidos. Esses ciclos também ajudam os pesquisadores a refinar suas questões de pesquisa tornando-as mais pontuais e a refletir sobre a transformação de suas perspectivas.

Ao pensar em ações e não apenas investigação e levantamento de dados a pesquisa passa a ter uma perspectiva decolonial, desconstruindo violências coloniais que para (Mignolo, 2017), acontece enfrentando e resignificando formas e relações que permeiam o Ser, o Poder, o Saber e a Natureza, como caminhos “outros” de compreensão da realidade, considerando modos de pensar, ser e existir com a natureza que se distanciam das cronologias, epistemes e paradigmas modernos. Nesse contexto, busca-se verificar as contradições postas no ambiente do Cerrado, que afetam diretamente os povos que nele vivem.

Desse modo, a IAP, adotada pela pesquisa, reconhece os indígenas como sujeitos epistêmicos e políticos, coprodutores do conhecimento científico, rompendo com perspectivas coloniais que historicamente silenciaram ou subalternizaram seus saberes. A participação ativa dos indígenas contribui para a construção de análises mais precisas, éticas e comprometidas com a realidade vivida nos territórios, além de fortalecer processos de autonomia, autorrepresentação e defesa territorial. Assim, a presença indígena na pesquisa não apenas qualifica os resultados produzidos, como também reafirma o compromisso com uma práxis coletiva, comprometida com a justiça social, ambiental e sociocultural.

O estudo possui 04 objetivos específicos centrais: criar um site referente à pesquisa realizada; elaborar mapas específicos para cada estado e também um geral espacializando povos e Terras Indígenas em áreas de Cerrado; descrever a situação ambiental, territorial e sociocultural dos povos do/no Cerrado e seus territórios; e por fim a publicação de um livro.

## **Cerrado brasileiro: importância, biodiversidade e processos de destruição**

O Cerrado brasileiro, de acordo com os dados do MAPBIOMAS (2024), é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando aproximadamente 2 milhões de km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 24% do território nacional. Está presente, majoritariamente, na região Centro-Oeste, mas também se estende por áreas do Sudeste, Nordeste e Norte do país, abrangendo os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal, além de enclaves no Amapá, Amazonas e Roraima. Para além do território brasileiro, o Cerrado também se estende por áreas do nordeste do Paraguai e do leste da Bolívia.

A vasta espacialização do Cerrado abriga uma grande diversidade de formações vegetais e paisagens, que variam desde áreas campestres até formações florestais mais densas, conhecidas como fitofisionomias. Essa diversidade está associada à heterogeneidade dos solos, do relevo e do clima, que conferem ao bioma características ecológicas singulares. Reconhecido como um dos maiores biomas tropicais do mundo, o

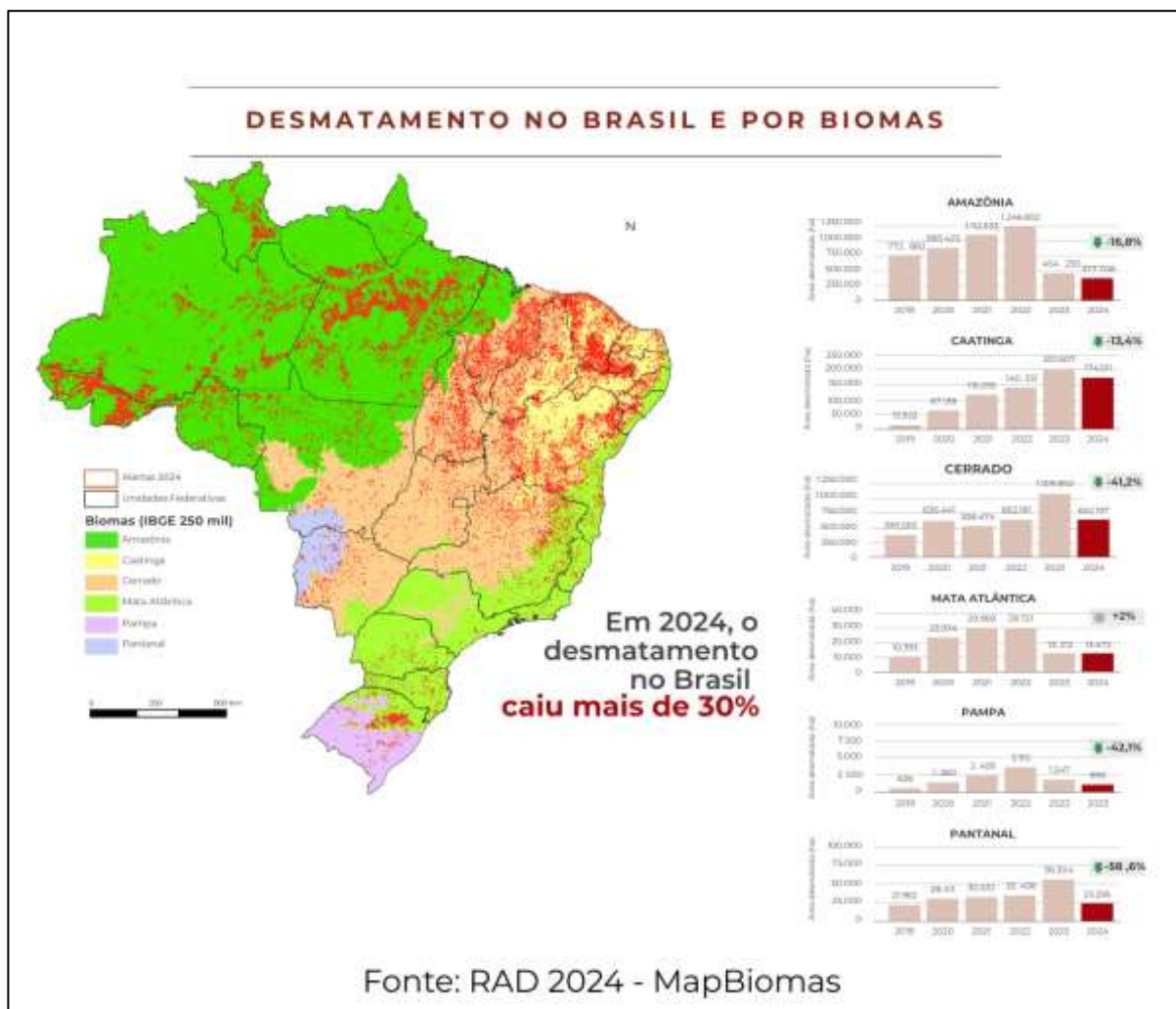
Cerrado é considerado um dos *hotspots* globais de biodiversidade, concentrando cerca de 5% de todas as espécies do planeta. Segundo estudos disponíveis no Museu Virtual do Cerrado da Universidade de Brasília (IEB, 2024), trata-se da formação savânica mais biodiversa do mundo, desempenhando papel fundamental no equilíbrio ambiental não apenas do Brasil, mas da biodiversidade global.

Outro aspecto central da importância do Cerrado refere-se à sua função hídrica. O bioma é conhecido como a “caixa d’água do Brasil”, pois abriga as nascentes de seis das oito grandes bacias hidrográficas brasileiras. Apesar de apresentar áreas com clima semiárido e períodos de deficiência hídrica, as águas das chuvas conseguem infiltrar-se no solo, abastecendo aquíferos e nascentes. O Cerrado funciona, assim, como um grande reservatório subterrâneo de água, destacando-se o Aquífero Guarani, um dos principais sistemas aquíferos associados ao bioma. Essa dinâmica hídrica é fundamental para o abastecimento humano, a produção de alimentos, a geração de energia e a manutenção de ecossistemas em diferentes regiões do país.

Entretanto, apesar de sua relevância ambiental e ecológica, o Cerrado tem sido historicamente tratado como um bioma de “menor valor” quando comparado à Amazônia, o que contribuiu para que se tornasse o principal alvo da expansão da fronteira agrícola no Brasil. A partir da década de 1970, com a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do agronegócio, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), intensificou-se o processo de conversão de áreas naturais em extensas monoculturas.

Segundo medições do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), desde 2019 o desmatamento no Cerrado vem crescendo de forma vertiginosa. Em 2023, o bioma perdeu cerca de 11 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa, o maior índice desde 2015, equivalente a, aproximadamente, sete vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Dados do MAPBIOMAS indicam que, em 2024, o Cerrado perdeu, em média, 1.786 hectares de vegetação nativa por dia (MAPBIOMAS, 2024).

De acordo com o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD/2024), divulgado pelo MAPBIOMAS (2024), pelo segundo ano consecutivo o Cerrado ultrapassou a Amazônia em área desmatada, sendo responsável por 52,5% de toda a perda de vegetação nativa do país em 2024. A figura 01 é a síntese do relatório:



**Figura 01** – Desmatamento no Brasil e por biomas  
 Fonte: <https://brasil.mapbiomas.org>. Acesso: 15.12.2025

Entre as regiões que mais tem desmatado o Cerrado está a MATOPIBA<sup>2</sup> que concentrou em 2024 cerca de 75% do desmatamento do Cerrado e aproximadamente 42% de toda a perda de vegetação nativa nacional. Quatro dos cinco estados com maior supressão vegetal localizam-se nessa região, com destaque para o Maranhão, que, mesmo apresentando redução percentual no desmatamento, liderou o ranking pelo segundo ano consecutivo, com a perda de 218 mil hectares de vegetação nativa.

Por isso, é importante refletir que o agronegócio, enquanto conceito e processo, constitui-se como uma das principais marcas do Cerrado contemporâneo, seja pela consolidação de um território voltado à produção de commodities agrícolas, como soja, milho, cana-de-açúcar e algodão, seja pela extração de matérias-primas destinadas à produção industrial. Esse modelo de desenvolvimento territorial tem promovido

<sup>2</sup> MATOPIBA - é um acrônimo que designa a **MA**ranhão, **TO**cantins, **PI**auí e **BA**hia, a nova e importante fronteira agrícola do Brasil, inserida no bioma Cerrado, destacando-se pela grande expansão do agronegócio de grãos como soja, milho e algodão, mas também enfrentando desafios socioambientais significativos relacionados à sustentabilidade e conflitos por terra

profundas transformações ambientais, colocando o Cerrado entre as regiões biodiversas mais ameaçadas do mundo.

A devastação da vegetação nativa para a expansão da agricultura, da pecuária e da mineração gera impactos diretos sobre a dinâmica hídrica nacional e compromete a produção de alimentos e a estabilidade dos ecossistemas. Além disso, como destaca Saquet (2018), o ambiente/território não pode ser dissociado das relações sociais e culturais que nele se desenvolvem. Assim, as perdas decorrentes da degradação do Cerrado não se restringem à fragmentação das paisagens, mas envolvem também o extermínio de culturas, práticas e modos de vida dos povos tradicionais que habitam o bioma. Trata-se, portanto, de uma ameaça direta à sociobiodiversidade. Para Porto-Gonçalves (2006) a sociobiodiversidade é a relação entre território, biodiversidade e saberes tradicionais. Ao contrário dos modelos de desenvolvimento predatórios povos e comunidades tradicionais tem um papel central na conservação da natureza.

Além do agronegócio, dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2020) evidenciam que as pressões sobre a sociobiodiversidade do Cerrado também são impulsionadas por grandes empreendimentos hidrelétricos e projetos de mineração. Essas pressões alcançam as Terras Indígenas e os povos que nelas vivem, intensificando conflitos socioambientais e comprometendo a reprodução física, cultural e territorial desses sujeitos. Em entrevista realizada no dia 19 de setembro de 2022 para o Instituto Socioambiental (ISA), Ailton Krenak disse:

A gente sabe falar da monocultura da soja, né? Mas se somar a monocultura da soja, do eucalipto, da cana etc., você vai ver que o solo brasileiro está todo sendo vendido a preço de banana. Estão exportando água e solo. Mas a terra cansa. Vai chegar uma hora que aquela terra não vai responder mais; você pode enchê-la com todo tipo de veneno, mas ela não vai mais responder. Ela será uma terra morta.

A destruição do Cerrado, nesse sentido, não se limita à dimensão ambiental, mas envolve aspectos sociais, culturais e simbólicos, reafirmando a urgência de sua defesa e da proteção dos territórios indígenas como condição fundamental para a preservação do bioma.

## **Povos Indígenas do/no Cerrado Brasileiro: território, socioculturalidade, conflitos e resistências**

Os povos indígenas que vivem no bioma Cerrado brasileiro compõem um conjunto diverso de etnias, línguas, cosmologias e modos de vida historicamente enraizados nesse território. Para esses povos, o território não se limita a um espaço delimitado juridicamente pelo Estado, mas constitui-se como um território vivido e construído a partir de relações simbólicas, práticas culturais, rituais, percursos de mobilidade, lugares sagrados e vínculos ancestrais com a natureza. A terra é indissociável da vida coletiva, da espiritualidade, da organização social e da reprodução sociocultural. Assim, a perda, a fragmentação ou a degradação territorial implicam não apenas impactos materiais, mas danos profundos à

identidade, à cultura e às formas próprias de existir desses povos. Afirma Krenak (2019, p.40):

Para nós, indígenas, a terra não é um recurso natural, não é uma mercadoria. Ela é a base da nossa existência, da nossa espiritualidade, da nossa memória e da continuidade da vida. Quando um território é destruído, não é apenas a natureza que morre, mas uma forma inteira de viver e de se relacionar com o mundo.

Portanto, apesar do reconhecimento constitucional dos direitos territoriais indígenas, os povos do Cerrado enfrentam intensos conflitos fundiários e socioambientais. Muitas Terras Indígenas permanecem sem demarcação ou com processos administrativos paralisados e judicializados, tornando-se especialmente vulneráveis à invasão por grileiros, fazendeiros, empresas do agronegócio, mineradoras e grandes empreendimentos de infraestrutura. Esses conflitos resultam em múltiplas formas de violência, incluindo ameaças, criminalização de lideranças, expulsões, destruição de roças tradicionais, contaminação de rios e solos e pulverização aérea de agrotóxicos.

Os impactos ambientais decorrentes da expansão das atividades econômicas no Cerrado afetam diretamente a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. A redução da biodiversidade compromete práticas fundamentais como a coleta de frutos nativos, a caça e a pesca, enquanto o uso intensivo de agrotóxicos contamina fontes de água e alimentos. Esses processos intensificam situações de vulnerabilidade social, adoecimento e dependência de políticas públicas frequentemente insuficientes ou descontinuadas, aprofundando desigualdades históricas.

Do ponto de vista sociocultural, os povos indígenas do Cerrado enfrentam desafios relacionados à manutenção de suas línguas, práticas culturais e sistemas de conhecimento. A pressão sobre os territórios, associada a processos de urbanização forçada e à inserção precária em contextos urbanos, contribui para a ruptura de vínculos comunitários e para o enfraquecimento de práticas tradicionais. Ainda assim, esses povos desenvolvem estratégias de resistência e (re)existência, reafirmando identidades, fortalecendo organizações próprias e protagonizando lutas em defesa de seus territórios e direitos.

Estudos do Instituto Socioambiental (ISA, 2022) evidenciam que os povos indígenas e tradicionais desempenham papel fundamental como guardiões das florestas e da sociobiodiversidade no Brasil. Juntos, esses povos são responsáveis pela proteção de cerca de um terço das florestas brasileiras. Nos últimos 35 anos, somente as Terras Indígenas protegeram aproximadamente 20% do total das florestas nacionais, apresentando desempenho superior na conservação ambiental quando comparadas às Unidades de Conservação de proteção integral e Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Os territórios de ocupação tradicional funcionam, assim, como importantes barreiras contra o desmatamento.

Dados mais recentes do ISA indicam que, em 2024, mais de 40% das florestas brasileiras estavam protegidas no sistema nacional pela presença de Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Em todos os biomas, inclusive no Cerrado, observa-se que as Terras Indígenas apresentam os menores índices de desmatamento quando comparadas às áreas não indígenas, como demonstrado pelos dados do MAPBIOMAS referentes ao período de 1985 a 2023.

**Quadro 01:** Desmatamento em Terras Indígenas e áreas não indígenas no Brasil (1985–2023)

Região	Situação territorial	Percentual de vegetação nativa preservada	Tendência de desmatamento (1985–2023)	Evidências principais
Amazônia	Terras Indígenas	Acima de 90%	Desmatamento significativamente menor em comparação às áreas não protegidas	As Terras Indígenas concentram os menores índices de perda florestal, funcionando como barreiras estruturais ao avanço do desmatamento
Amazônia	Áreas não indígenas	Abaixo de 60%	Alto e crescente, especialmente no arco do desmatamento	Forte correlação entre expansão agropecuária, grilagem e desmatamento
Cerrado	Terras Indígenas	Entre 85% e 90%	Crescimento do desmatamento, porém em ritmo muito inferior ao entorno	Mesmo sob intensa pressão do agronegócio, as Terras Indígenas mantêm maior integridade ambiental
Cerrado	Áreas não indígenas	Abaixo de 50%	Desmatamento acelerado e contínuo	O Cerrado é o bioma com maior taxa anual de perda de vegetação nativa
Caatinga	Terras Indígenas	Cerca de 80%	Desmatamento moderado e controlado	Práticas tradicionais contribuem para manejo sustentável do bioma
Caatinga	Áreas não indígenas	Abaixo de 55%	Degradação crescente	Pressões associadas à agropecuária extensiva
Pantanal	Terras Indígenas	Acima de 90%	Baixíssimo desmatamento	Territórios indígenas resistem inclusive aos efeitos indiretos das queimadas
Pantanal	Áreas não indígenas	Cerca de 65%	Perdas acentuadas após 2019	Incêndios e pecuária extensiva como vetores centrais
Mata Atlântica	Terras Indígenas	Cerca de 70%	Estabilidade relativa	As TIs concentram os maiores remanescentes contínuos do bioma
Mata Atlântica	Áreas não indígenas	Abaixo de 30%	Bioma historicamente devastado	Fragmentação extrema e urbanização

**Fonte:** MAPBIOMAS. Coleção 8 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Dados de 1985 a 2023. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Terras Indígenas e Unidades de Conservação freiam o desmatamento no Brasil. Relatórios técnicos 2023 e 2024. IPAM. Desmatamento e áreas protegidas no Brasil: análises regionais recentes. 2023. Acesso: 05.09.2025.

Os dados consolidados até 2024 revelam que a diferença entre Terras Indígenas e áreas não indígenas não é apenas quantitativa, mas estrutural, evidenciando modelos territoriais radicalmente distintos. Enquanto os territórios não indígenas são orientados pela lógica da mercantilização da natureza, os territórios indígenas operam a partir de relações socioculturais, que integram conservação ambiental, reprodução da vida e pertencimento territorial. No caso específico do Cerrado, mesmo sob intensa pressão do agronegócio e de grandes empreendimentos, as Terras Indígenas permanecem como ilhas

de resistência ecológica, assegurando maior conectividade de paisagens, proteção de nascentes e manutenção da sociobiodiversidade.

Isso ocorre porque os povos indígenas e comunidades tradicionais possuem outras concepções de natureza e, conseqüentemente, outras formas de utilizá-la. Seus saberes e práticas de manejo estão profundamente integrados às paisagens e promovem processos de conservação e regeneração florestal (ISA, 2022). Ainda assim, embora sejam reconhecidos como guardiões essenciais do Cerrado, grande parte das Terras Indígenas não possui regularização fundiária efetiva, apesar da garantia constitucional prevista no artigo 231, § 2º, da Constituição Federal. A demarcação de Terras Indígenas no Brasil constitui-se como um processo complexo, atravessado por múltiplos interesses, sendo a questão agrária o cerne histórico dos conflitos territoriais. Até onde podem e conseguem resistir? Como é viver pressionado cotidianamente?

Nesse contexto, se o Cerrado permanece sob constante pressão de atividades econômicas voltadas à geração de lucro, como agronegócio, mineração, pecuária, usinas hidrelétricas e exploração madeireira, os povos que nele habitam, suas culturas, seus territórios e suas possibilidades de desenvolvimento territorial e sociocultural sustentável também se encontram ameaçados. Como destaca Ailton Krenak (2022), o território é a principal infraestrutura de uma nação, pois é ele que institui a possibilidade de identidade cultural dos povos. A negação dessa centralidade produz um desencontro entre a riqueza territorial e a mediocridade das políticas que insistem em destruir o que há de mais valioso.

Célia Xakriabá (2021), define esse processo como “monoculturação” do território, do corpo e do espírito, que adoce os povos e compromete a diversidade de existir no Cerrado. O impedimento da sobrevivência consorciada dos povos indígenas compromete planos de vida e ameaça a continuidade da sociobiodiversidade. A fronteira, nesse sentido, não é apenas territorial, mas expressa-se como racismo ambiental e estrutural, que continua secando rios, mutilando corpos e apagando modos de vida.

Na mesma direção, Elza Xerente (2021), liderança do povo Xerente, denuncia o extermínio progressivo dos povos, dos rios e das vidas existentes no Cerrado, alertando que o território é cultivado e que o silêncio do bioma revela sua vida ameaçada. A contaminação ambiental, especialmente por pulverização aérea de agrotóxicos, compromete a alimentação, a saúde e o direito à vida dos povos indígenas.

Diante desse cenário, torna-se urgente a realização de estudos que revelem, com profundidade, a situação dos povos indígenas que vivem no Cerrado e ações necessárias para conter qualquer invasão e violência. Assim como o bioma, esses povos gritam por socorro. A presente pesquisa assume, portanto, o compromisso de evidenciar e desvelar realidades frequentemente invisibilizadas, contribuindo para a defesa dos territórios, da sociobiodiversidade e dos modos de vida indígenas no Cerrado brasileiro.

## Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa têm evidenciado a complexidade das dinâmicas territoriais, ambientais e socioculturais vivenciadas pelos povos indígenas do/no Cerrado brasileiro. A partir da IAP, tem sido possível construir um processo de produção de conhecimento que não se limita à observação externa da realidade, mas que envolve os próprios povos indígenas como sujeitos ativos na análise, interpretação e sistematização das informações. Essa perspectiva tem permitido compreender as realidades investigadas a partir de múltiplos olhares, respeitando as especificidades de cada povo e de cada território.

A pesquisa propõem 4 objetivos específicos centrais, sendo que o primeiro fora alcançado a criação do site (<https://indigenascerrado.wixsite.com/indigenascerrado>). A plataforma digital em desenvolvimento constitui-se como um dos produtos centrais da pesquisa, reunindo informações territoriais, ambientais e socioculturais sobre os povos indígenas do Cerrado. Trata-se de uma ferramenta de visibilização e de fortalecimento político, que possibilita o acesso a dados sistematizados e atualizados, produzidos de forma colaborativa com os próprios povos indígenas. A plataforma também se configura como um espaço de denúncia das violações de direitos e de articulação entre diferentes povos, organizações e instituições comprometidas com a defesa dos territórios indígenas.

O segundo objetivo foi a confecção do mapa Geral dos povos indígenas do Cerrado e dos mapas por estados. Todos os Grupos de trabalho já receberam os mapas e estão investigando a situação das terras e povos. Esses mapas permitem visualizar a distribuição espacial das Terras Indígenas, seus diferentes estágios de regularização fundiária, as pressões exercidas por atividades econômicas e a proximidade com áreas de expansão do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos de infraestrutura. A cartografia produzida evidencia a fragmentação territorial e a sobreposição de interesses que incidem sobre os territórios indígenas, contribuindo para a compreensão dos conflitos socioambientais que marcam o Cerrado contemporâneo.

O terceiro objetivo é mais complexo deles tem sido investigar a situação sociocultural, ambiental e territorial de cada povo. Até o presente momento os Grupos de Trabalho conseguiram descrever a situação dos seguintes povos:

1. Minas Gerais - Maxakali, Xakriabá, Krenak, Aranã, Mukuriñ, Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe, Catu-Awá-Arachás, Kaxixó, Puris, Xukuru-Kariri, Tuxá, Kiriri, Kamakã, Karajá e Guarani.
2. Goiás - Avá-Canoeiro, Karajá, e Tapuia.
3. Tocantins - Apinajé, Javaé, Karajá, Krahô, Xerente, Xacriabá, kanela e Avá-Canoeiro.
4. Bahia - Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe, Kiriri, Tuxá, Kamakã, Tupinambá, Gueren e Baenã.
5. Maranhão - Guajajara, Gavião Parkatêjê, Guajá, Krikati e Canela.
6. Mato Grosso - Bakairi, Bororo, Ikpeng, Kaiabi, Kayapó, Munduruku, Rikbaktsa e Suyá.
7. Mato Grosso do Sul - Guarani, Kaiowá, Kadiweu, Terena e Ofaié.

8. Piauí - Pimenteira e Tremembé.
9. Embora o Distrito Federal não tenha Terras Indígenas oficialmente demarcadas, vivem no espaço urbano vários povos - Guarani, Karajá, Xavante, Funil, Pataxó entre outros.

O levantamento sobre a situação da vida e território desses povos segue até agosto de 2026 e, possivelmente, a descrição da situação ambiental, territorial e sociocultural das Terras Indígenas e povos do Cerrado Brasileiro será prorrogado. Há informações densas e complexas a serem investigadas. O contato com os indígenas tem sido por telefone e redes sociais, pois não há recursos financeiros suficientes para fazer trabalho de campo em TI. Entrará também na prorrogação a publicação do livro que compõem o 4 e último objetivo da pesquisa.

Os dados presentes nos mapas, sobretudo do entorno das Terras Indígenas e de informações das 20 entrevistas realizadas com os indígenas de diferentes povos indicam que muitas dessas áreas encontram-se cercadas por monoculturas e pastagens, o que intensifica processos de isolamento ecológico, perda de biodiversidade e contaminação ambiental. A presença de agrotóxicos nas proximidades das Terras Indígenas tem sido apontada pelos próprios indígenas como um fator de adoecimento e de comprometimento da qualidade da água e dos alimentos, afetando diretamente a saúde coletiva e os modos de vida tradicionais.

No âmbito sociocultural, a pesquisa tem revelado que os povos indígenas do Cerrado enfrentam desafios significativos relacionados à manutenção de suas práticas culturais e de seus sistemas de conhecimento. A redução do território e a degradação ambiental limitam o acesso a recursos naturais essenciais para rituais, alimentação e medicina tradicional. Além disso, processos de deslocamento forçado e de inserção em contextos urbanos precarizados contribuem para o enfraquecimento das relações comunitárias e para a exposição a novas formas de violência e discriminação.

Um resultado auferido, para além dos objetivos iniciais da pesquisa, refere-se à percepção das crianças e jovens indígenas com relação ao Cerrado. No âmbito das ações desenvolvidas por meio da IAP, foram realizadas oficinas pedagógicas em escolas indígenas, nas quais professores(as) participantes da pesquisa propuseram a discussão do tema Cerrado com as crianças, com o objetivo de dialogar sobre a importância do cuidado, da preservação e da relação cotidiana com esse bioma.

Entre as atividades desenvolvidas, destacou-se a produção de desenhos como estratégia pedagógica e metodológica, permitindo que as crianças expressassem, por meio de imagens, suas compreensões, afetos e vínculos com o Cerrado. As Figuras 02, 03, 04 e 05 apresentam desenhos produzidos por crianças e jovens indígenas, revelando formas singulares de perceber e representar a natureza e o território em que vivem.



**Figura 02:** Desenhos produzidos por crianças e jovens do povo Kanela, estado do Tocantins  
**Fonte:** Cláudio do Nascimento Brito Kanela (colaboradora da pesquisa), 2025.



**Figura 03:** Desenhos produzidos por crianças e jovens do povo Tapirapé, Mato Grosso  
**Fonte:** Fábio kapy Apyãwa (colaborador da pesquisa), 2025



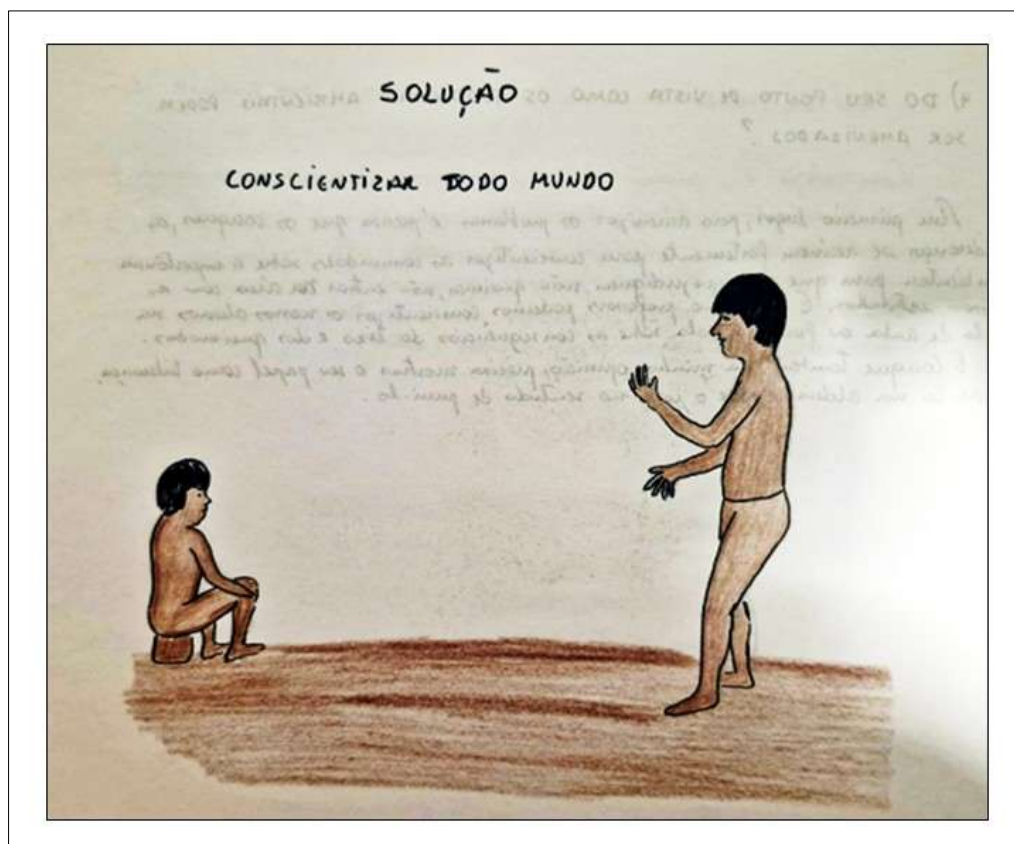
**Figura 04:** Desenhos produzidos por crianças e jovens do povo Krikati, Maranhão  
**Fonte:** Sílvia Cristina Puxcwj krikati (colaboradora da pesquisa), 2025



**Figura 05:** Desenhos produzidos por crianças e jovens do povo Karajá, Goiás e Tocantins  
**Fonte:** Vanessa Hãtxu De Moura Karajá (colaboradora da pesquisa), 2025

A análise desses desenhos evidencia que o Cerrado é compreendido pelas crianças e jovens não apenas como um espaço físico ou um conjunto de recursos naturais, mas como um território vivo, povoado por árvores, animais, elementos e práticas culturais, rios, frutos, roças e pessoas, integrados em uma mesma paisagem. As representações gráficas expressam uma relação de pertencimento e cuidado na qual natureza, cultura e vida cotidiana aparecem de forma indissociável. Observa-se, ainda, a presença de elementos simbólicos e afetivos que indicam saberes e valores relacionados ao uso respeitoso da terra, ao convívio com os seres não humanos e à importância da coletividade.

Nesse sentido, os desenhos produzidos pelas crianças e jovens indígenas revelam não apenas uma percepção ambiental, mas também uma leitura sociocultural do Cerrado, que contrasta com visões utilitaristas e fragmentadas do bioma. As imagens reforçam a compreensão de que os processos educativos indígenas, mesmo quando mediados pela escola, continuam ancorados em relações territoriais profundas, nas quais o Cerrado é reconhecido como espaço de vida, memória e futuro. Assim, a percepção das crianças constitui-se como um indicador sensível da centralidade do território na reprodução sociocultural dos povos indígenas e reafirma a importância de práticas pedagógicas e políticas públicas que valorizem esses saberes desde a infância. Entre os desenhos, um chamou atenção para a importância da conscientização, desde a infância, sobre a importância de cuidar da natureza (figura 06).



**Figura 06:** Desenho oficinas pedagógicas do povo Tapirapé, 2025  
**Fonte:** Fábio kapy Apyãwa, (colaborador da pesquisa), 2025.

O desenho elaborado nas oficinas pedagógicas do povo Tapirapé evidencia que o cuidado com a natureza é um valor ensinado desde a infância e integrado à educação escolar indígena. A representação expressa a compreensão de que a relação com o território e com os elementos naturais constitui um princípio fundamental para a vida coletiva, a continuidade cultural e o cuidar da natureza. Nesse sentido, a conscientização ambiental aparece como um saber cotidiano e intergeracional, diretamente associado à defesa do território e à reprodução sociocultural do povo.

Sobre a infância Daniel Munduruku (2002), diz em seu livro que ela é compreendida como um período de aprendizagem coletiva, profundamente vinculada à vida comunitária, à oralidade e à relação com a natureza. Diferentemente do modelo ocidental de educação formal e fragmentada, as crianças indígenas aprendem por meio da observação, da escuta e da participação ativa nas atividades cotidianas da comunidade, tendo os anciãos como principais transmissores de saberes, valores e identidades culturais. Brincar, aprender e viver não são dimensões separadas, mas processos integrados que fortalecem o sentimento de pertencimento e continuidade cultural.

Contudo, a discussão dos resultados evidencia que os povos indígenas do Cerrado desempenham um papel central na conservação do bioma e na manutenção da sociobiodiversidade. Os territórios indígenas configuram-se como áreas de resistência frente ao avanço do desmatamento e da degradação ambiental, demonstrando que a

garantia dos direitos territoriais indígenas é condição fundamental para a preservação do Cerrado. Nesse sentido, a pesquisa reafirma a necessidade de reconhecer e fortalecer os povos indígenas como protagonistas na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, pautado na exploração intensiva dos recursos naturais. Assim, a pesquisa vai seguindo, ganhando novos significados e compreensões. Esperamos que os resultados alcançados contribuam socialmente.

## Considerações finais

A presente pesquisa, ainda em andamento, tem permitido construir uma leitura inicial e aprofundada sobre a situação dos povos indígenas do/no Cerrado brasileiro, articulando Investigação-Ação-Participativa (IAP), desenvolvimento territorial, ambiental e sociocultural sustentável. Embora não apresente dados conclusivos, os resultados parciais obtidos até o momento indicam que as dinâmicas de degradação ambiental, expansão do agronegócio, mineração e implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura incidem de forma direta e intensa sobre os territórios indígenas e sobre as condições de reprodução sociocultural desses povos.

As análises preliminares apontam que os povos indígenas do Cerrado enfrentam múltiplas vulnerabilidades territoriais, ambientais e socioculturais fortemente associadas à fragilidade da regularização fundiária das Terras Indígenas e à intensificação dos conflitos socioambientais. A perda e a fragmentação territorial, conforme vem sendo observado, comprometem não apenas a subsistência material, mas também as cosmologias, os sistemas de conhecimento, as práticas culturais e as formas próprias de relação com a natureza, afetando diretamente a autonomia e a continuidade histórica desses povos.

Os resultados parciais também indicam que as Terras Indígenas do Cerrado desempenham papel central na conservação do bioma e na manutenção da sociobiodiversidade. Mesmo sob intensa pressão de atividades econômicas, os territórios indígenas apresentam, até o momento, menores índices de desmatamento quando comparados às áreas não indígenas, sugerindo que os modos de vida indígenas constituem estratégias eficazes de proteção ambiental. Tais evidências reforçam a compreensão de que a garantia dos direitos territoriais indígenas é condição essencial para a sustentabilidade ambiental do Cerrado e para o enfrentamento das crises socioambientais contemporâneas.

A adoção da IAP tem se mostrado um elemento central do processo investigativo, possibilitando a produção de um conhecimento situado e comprometido com a realidade dos territórios. Ao reconhecer os povos indígenas como sujeitos epistêmicos e políticos, coprodutores do conhecimento científico, a pesquisa contribui para o fortalecimento de processos de autonomia, autorrepresentação e defesa territorial, ao mesmo tempo em que rompe com perspectivas coloniais historicamente presentes na produção do conhecimento acadêmico.

Os produtos em desenvolvimento, como a elaboração do mapa das Terras Indígenas do Cerrado, a construção de uma plataforma digital, os desenhos e a publicação de um livro, configuram-se como instrumentos estratégicos de sistematização, visibilização e denúncia das realidades vivenciadas pelos povos indígenas do/no Cerrado. Esses materiais

buscam superar a fragmentação das informações existentes e oferecer subsídios para análises futuras mais aprofundadas e para a formulação de políticas públicas territorialmente situadas e culturalmente sensíveis.

Dessa forma, ainda que em fase de desenvolvimento, a pesquisa já indica que a defesa do Cerrado e a defesa dos povos indígenas que nele vivem são indissociáveis. À medida que o estudo avança, espera-se aprofundar as análises, ampliar o diálogo com os povos indígenas participantes e consolidar resultados que contribuam para a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, apontando caminhos que valorizem a vida, a diversidade sociocultural e a sustentabilidade no Cerrado brasileiro.

### Sobre os autores

**Lorraine Gomes da Silva** - [orcid.org/0000-0003-3760-3705](https://orcid.org/0000-0003-3760-3705)

Doutora e Pós-doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG) onde atua nos cursos de Licenciatura e Mestrado em Geografia (PPGEO), além do Mestrado em Ambiente e Sociedade (PPGAS), no Câmpus Sudoeste. É líder e pesquisadora do Grupo Internacional de Pesquisa-Ação-Participativa (GIPAP) e pesquisadora da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (REDECT). Integra o Grupo de Debates e Pesquisas Geografia Fora do Eixo e pesquisadora nos grupos do CNPq História Indígena e História Ambiental: Interculturalidade Crítica e Decolonialidade.

**Alexsander Batista e Silva** - [orcid.org/0000-0001-5341-511X](https://orcid.org/0000-0001-5341-511X)

Graduado, mestre e Doutor com estágio doutoral no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (Igot) da Universidade de Lisboa, Portugal, pela Universidade Federal de Goiás. Atuou como docente do ensino básico junto à Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás entre 2005 e 2011. Atualmente é professor do Curso de Geografia do Câmpus Cora Coralina da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Faz parte da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) Seção Cidade de Goiás e integra o Núcleo de Ensino e Pesquisas em Educação Geográfica (Nepeg). Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Espaço Urbano, Geografia do Futebol, Ensino de Geografia e Formação de professores.

**Vinícius Polzin Druciaki** - [orcid.org/0000-0002-1514-5072](https://orcid.org/0000-0002-1514-5072)

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus Rio Claro. Atualmente é professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás-UEG, Câmpus Cora Coralina, na Cidade de Goiás (GO). Coordenador do Grupo de Estudos em Geografia, Transportes e Mobilidade - Geomobilidade. Atualmente, tem dedicado seus estudos e pesquisas nos seguintes temas: dinâmicas territoriais, mobilidade e transporte urbano/regional; o processo de urbanização em cidades médias e pequenas.